



CENTRAL **SICOOB** **UNIMAIS**

RELATÓRIO ANUAL 2021



Sumário

- Mensagem do Conselho de Administração
- Mensagem da Diretoria Executiva



2021

1 Intercooperação ▶ Os 7 Princípios Cooperativistas

2 Evolução ▶ Central Sicoob UniMais
▶ História Sicoob UniMais
▶ Corpo Diretivo
▶ Cooperativas Filiadas

3 Fortalecimento ▶ Sistema Sicoob
▶ 2021 em Números
▶ Grandes Números
▶ Alta Performance
▶ Prêmios e Reconhecimento

4 Desempenho Financeiro

Soma Singulares Filiadas à Central.

5 Demonstrações Financeiras



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As boas práticas fortalecem o cooperativismo

Esse relatório de gestão tem por objetivo apresentar os resultados de 2021 da Central Sicoob UniMais, promovendo a transparência para os nossos cooperados e cooperativas filiadas, para todo o mercado financeiro e aos órgãos reguladores.

Muitos foram os desafios de 2021, em meio à pandemia e sentindo o reflexo econômico por 2 anos. Sendo um grande aliado da sociedade, o cooperativismo tem mostrado resiliência desde o começo da pandemia, obtendo resultados positivos mesmo frente aos desafios impostos e transparecendo a cada dia o que significa intercooperação. Seguimos na evolução e no fortalecimento patrimonial da Central e aproximação das cooperativas ao longo desse período.





O crescimento do Patrimônio Líquido da Central Sicoob UniMais foi a principal alavanca que permitiu a melhor gestão de todas as operações, apoiando as cooperativas para liquidez e expansão, bem como na maior participação acionária no Banco Cooperativo Sicoob. Toda a evolução da movimentação financeira está intimamente ligada ao volume do patrimônio administrado por nossa Central, que segue evoluindo com a confiança de nossas cooperativas filiadas na gestão financeira realizada pelo nosso time.

Trabalhar sempre com intercooperação em prol da sustentabilidade é a chave do sucesso para garantirmos melhor rentabilidade, ganho de escala e redução de custos. Quanto mais trabalhamos em conjunto, fomentamos o compartilhamento de boas práticas, evoluímos e fortalecemos o cooperativismo de crédito em seu conceito mais puro.

Ao olharmos para o Cenário Nacional do Cooperativismo Financeiro, a redução de cooperativas singulares por meio dos processos de aglutinação e fortalecimento é um fato. Desta forma, reforçamos o compromisso com o fomento do cooperativismo: intercooperação para crescer!

Sistemas de controle e supervisão centralizados promovem o modelo de trabalho que permite realizar as boas práticas e compartilhar modelos de excelência e gestão com todas as cooperativas, além de condutas de governança alinhadas às orientações do Banco Central, fortalecendo os sistemas de controle; prevenir e corrigir para crescer de forma sustentável e segura. No âmbito do cenário social, temos orgulho de manter 913 famílias representadas por seus colaboradores, nas 8 Cooperativas e na Central, principalmente, ao trabalho dedicado destes, aos mais de 110 mil cooperados do Sistema Regional UniMais. Apoiar projetos que permitam que as cooperativas foquem no relacionamento direto, seja no presencial ou no digital, em um tempo que o cooperado depende cada vez mais da tecnologia e busca por alta resolutividade para as suas demandas financeiras, com rapidez, segurança e qualidade nas entregas.

A grande missão da Central é orientar e apoiar o desenvolvimento de cada cooperativa filiada. Desse modo, seguimos na construção diária de algo que reflita e transforme não apenas o Sistema Cooperativo, mas nossa nação.



MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Planejar é se projetar para o futuro.

Pensar estrategicamente é avaliar o que foi feito, aplicar as soluções e prever seus resultados. Toda ação que uma instituição abrange deve-se levar em consideração as consequências que ela pode gerar. Por isso, é importante parar e avaliar o rendimento dessas medidas ao fim de cada período. Notadamente, o papel das cooperativas singulares é atender a demanda por produtos e serviços dos associados e o das cooperativas centrais, de fornecer estrutura administrativa e tecnológica, supervisionar e monitorar tendências e riscos, controlar, estabelecer políticas sistêmicas e fazer a representação da organização. A segregação nítida dos papéis desempenhados em cada nível, bem como a

especialização nas tarefas têm gerado economia de escala e bons resultados. Supervisionar e controlar permitem padronização e confiabilidade das informações contábeis e financeiras, condições indispensáveis para uma supervisão auxiliar eficaz. Enquanto a tecnologia tem papel importante, fornecer, com segurança comprovada, acesso à informação, automatizando as atividades de menor valor agregado, e assim, permitindo uma supervisão remota permanente ou contínua, com apoio técnico para auxílio na correção de falhas e um sistema de acompanhamento indireto efetivo. Com uma estratégia de crescimento ao longo dos anos e com um foco maior em 2021 para expansão,

mediante aumento de nossa participação no Sistema Sicoob, traduz a nossa aspiração. Além de foco na produtividade e melhoria na eficiência operacional por meio de novos serviços de apoio às Singulares, alinhando e focalizando os recursos na estratégia. A cada ano, atualizam-se os anseios e planos, isto é natural em toda organização e não seria diferente na nossa. São muitas as expectativas para a **Central Sicoob UniMais** nos próximos dois anos. Almejamos em nosso planejamento a união de cooperativas em todos os níveis, o crescimento orgânico de nossas filiadas em níveis de referência no mercado e o aumento de nossa participação no Sistema Sicoob e no Cooperativismo Financeiro

Nacional. Estimamos cada dia mais proximidade com as Singulares, respeitando a singularidade de cada uma, levando supervisão e controles internos, evidenciado toda credibilidade existente. Um RH além de institucional, mais estratégico, com processos e cultura, revelando Gente & Cultura.

Difusão de boas práticas. Uma marca forte. Ser referência de direção, àquela que norteia. Organizar a estratégia de expansão regional e a área de inteligência de negócios, compreendendo o ambiente como um todo. Apresentar o cenário adequado à visão do cooperado, ajustando o perfil do modelo de negócios das cooperativas.

Definir cada vez mais qual é o core da Central e das Singulares. Traçar as diretrizes e deixar o trabalho fluir. Disseminar pautas voltadas às melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), campanhas qualificadas e com foco no sistema.

Ansiemos uma Central arrojada em pensamento, que atue sempre à frente; que tenha eficiência no atendimento e na colaboração; proceda na parte estratégica e dê apoio ao crescimento, formação e desenvolvimento de profissionais e fundos de reservas, visando a expansão.

Três pilares importantes:

CRESCIMENTO



**FORTALECER E GANHAR
DESTAQUE**

ENGAJAMENTO



**APROXIMAÇÃO DO
COOPERADO**

CRISE



**PRONTIDÃO A FATORES QUE INFLUENCIAM A
ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS**

Uma Central preparada para o crescimento; ordenada para ser protagonista deste processo; que busque e traga para o sistema novas cooperativas e mantenha a atual cultura, como transparência do negócio com os sócios e no relacionamento.





Intenkooperação

É o sexto princípio do cooperativismo mundial e preconiza a parceria, a ação conjunta, o relacionamento institucional, político e comercial entre as cooperativas, prática que leva ao fortalecimento recíproco das cooperativas e, por extensão, do sistema.

Ela estabelece um relacionamento horizontal das cooperativas singulares entre si e, através dele, definem-se ações conjuntas e viabilizam projetos comuns. É o cooperativismo em movimento.



os 7 princípios COOPERATIVISTAS



1. Adesão livre e voluntária

As cooperativas são organizações abertas à participação de todos.

2. Gestão democrática

Os cooperados votam objetivos e metas de trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade.

3. Participação econômica dos membros

Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa. Se houver sobras, serão divididas entre os sócios.

4. Autonomia e independência

O funcionamento da cooperativa é controlado por seus sócios, que são os donos do negócio.

5. Educação, formação e informação

É objetivo permanente da cooperativa destinar ações e recursos para formar seus cooperados, capacitando-os para a prática cooperativista.

6. Intercooperação

Para o fortalecimento do cooperativismo, é importante que haja troca de informações, produtos e serviços entre as cooperativas, viabilizando o setor como atividade socioeconômica.

7. Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio da execução de programas socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.



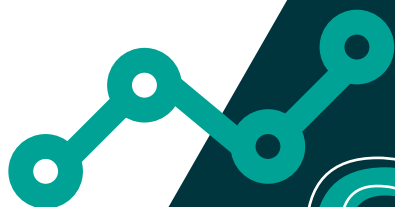
Evolução

No contexto filosófico, a evolução representa uma alteração progressiva de um ser ou de um sistema em direção a um estado final.

A hipótese teleológica indica que a evolução pressupõe um estado inicial e final onde existe a noção de superação.

Com base nisso, trabalhamos para a evolução e transformação da Central. Unimos forças para juntos prosperarmos. A decisão correta foi fundamental para esta mutação e as boas práticas, singular para este avanço.

Seguimos promovendo soluções e experiências inovadoras para um Sistema e uma Central sustentável e cooperativa.



CENTRAL SICOOB UNIMAIS

Somos o Sicoob UniMais. Somos uma instituição financeira cooperativa, regulamentada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil.

MAIS BENEFÍCIOS, EXCLUSIVIDADE E NEGÓCIOS!

A Central, situada no coração paulistano, é uma instituição que trabalha incessantemente pelo sucesso de suas cooperativas filiadas, dando suporte integral em suas demandas e fomentando, principalmente, o fortalecimento

do cooperativismo e de seus cooperados. Com um quadro de alta performance, otimizamos nossas operações com o intuito de sempre ter a melhor eficiência operacional. Somos uma Central e detemos:



Singulares
presentes nos estados de
SP, MG, SC e RJ.



**Pontos de
atendimento**



Cooperados



**Colaboradores
e dirigentes**
nas Singulares e Central.

Para o ano de 2022, buscamos o fortalecimento institucional da Central Sicoob UniMais e de suas Singulares, criando

condições técnicas e políticas para um desempenho apropriado e que resulte em um grande reflexo em todo o sistema.



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e da comunidade.

Valores

- ✓ Respeito e Valorização das Pessoas;
- ✓ Cooperativismo e Sustentabilidade;
- ✓ Ética e Integridade;
- ✓ Excelência e Eficiência;
- ✓ Liderança Responsável;
- ✓ Inovação e Simplicidade.



HISTÓRIA

SICOOB UNIMAIS

Surge a primeira cooperativa.

1989

Surgem as primeiras cooperativas no estado de São Paulo e a Central São Paulo.

1993

Surge a Unicred do Brasil.

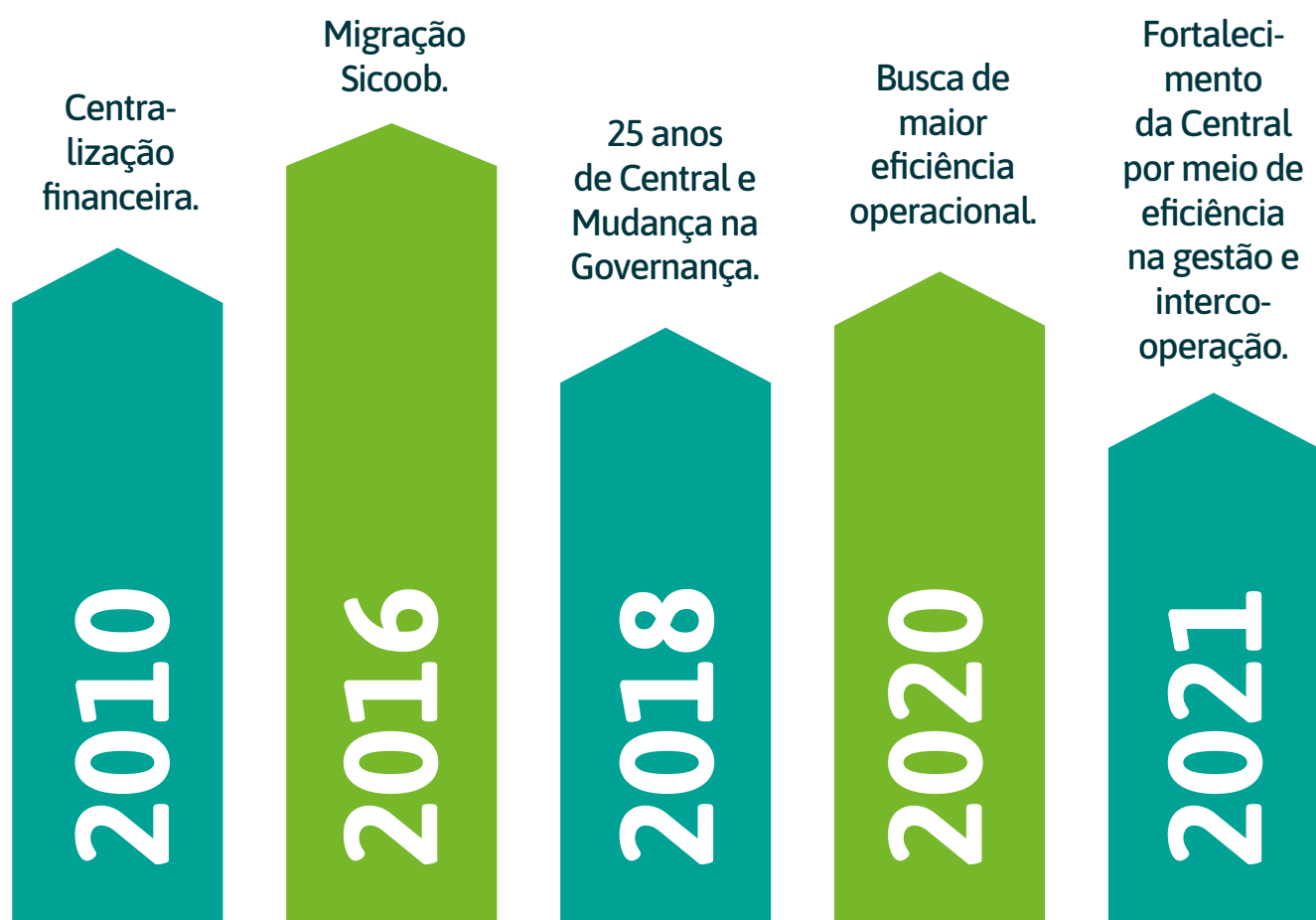
1994

Reestruturação da Unicred.

1998

Ampliação da Central São Paulo.

2008



Nas próximas páginas, você acompanhará os resultados alcançados durante 2021, que demonstram a evolução do nosso sistema e de uma instituição financeira cooperativa que acredita no valor.



CORPO DIRETIVO



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FELIPE MAGALHÃES BASTOS | PRESIDENTE

ANTÔNIO FERNANDES VENTURA | VICE-PRESIDENTE

DIRETORIA EXECUTIVA

MARCIO APARECIDO FAVERO LOPES | DIRETOR ADMINISTRATIVO

CARLOS ALBERTO ZANOTTO | DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

CONSELHO FISCAL

JOSÉ LUIZ CASTRO DE MELLO CESAR | CONSELHEIRO FISCAL

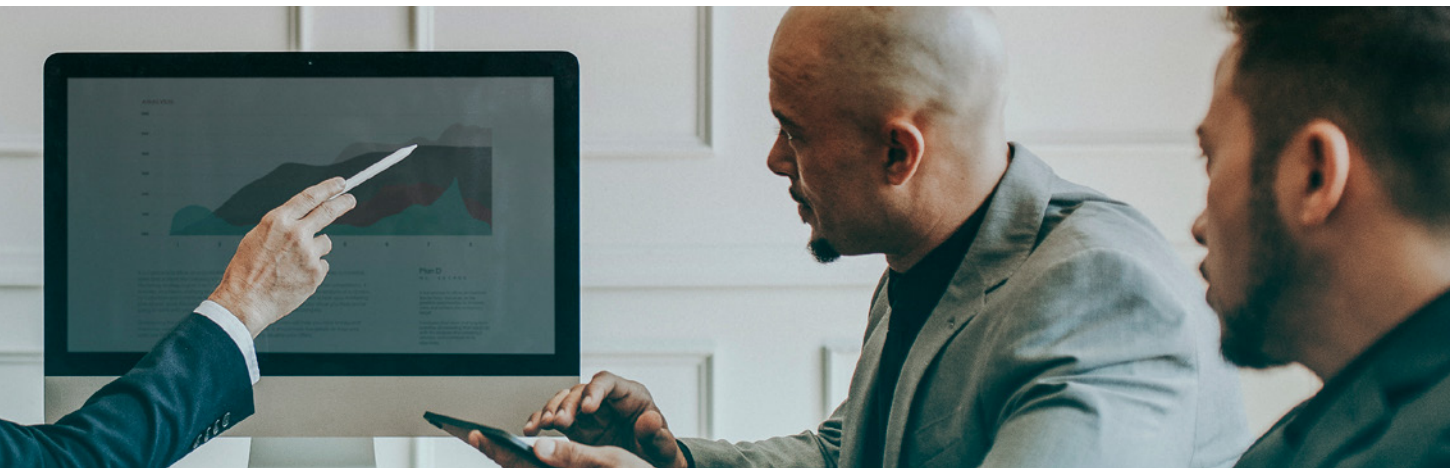
LUIZ EDUARDO VOLPATO | CONSELHEIRO FISCAL

PAULO ALBERTO TAVARES DE ALMEIDA | CONSELHEIRO FISCAL

ACÍLIA APARECIDA CÉSAR LOURENÇO | CONSELHEIRA FISCAL SUPLENTE

CARLOS PALLUDETTI JÚNIOR | CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE

JOSÉ MÁRIO DE MATTOS BALDO | CONSELHEIRO FISCAL SUPLENTE



REPRESENTANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALBINO DA CONCEIÇÃO PADEIRO

EDSON YOSHIMITU SUGAWARA

EGÍDIA WITZEL BELTRAME

JOÃO CARLOS GONÇALVES BIBBO

JOSÉ AUGUSTO DARCIE

IRAN RODRIGUES OCANHA

MARCELO CYRINO DA SILVA

MAURO SÉRGIO GONÇALVES DE CAMPOS

PAULO HENRIQUE FURLAN

RICARDO APARECIDO MORAES

SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA MARTINS PERES

TOSIYUKI AKAGUI

WALLACE FERNANDES DA CRUZ

WILSON GONÇALVES LOPES



COOPERATIVAS FILIADAS



SEDES



SICOOB CECRES

Av. Ipiranga, 324 – Bloco C, Ed. Investimento – 1º, 3º e 15º andares – República
CEP 01046-000 – São Paulo/SP



SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS

Rua São Paulo, 5 – Centro
CEP 13940-000 – Águas de Lindóia/SP



SICOOB CREDIACIL

Rua João Pessoa, 539 – Centro
CEP 13610-110 – Leme/SP



SICOOB PAULISTA

Av. Joaquim Constantino, 2161 – 4º Andar – Jardim Alto do Boa Vista
CEP 19053-300 – Presidente Prudente/SP



SICOOB COOPEREMB

Rua Avião Paulistinha, 399 – Jardim Souto
CEP 12227-081 – São José dos Campos/SP



SICOOB UNIMAIS MANTIQUEIRA

Praça Holanda, 80 – Jardim das Nações
CEP 12030-350 – Taubaté/SP



SICOOB UNIMAIS CENTRO LESTE PAULISTA

Av. Nove, 783 – Centro
CEP 13500-360 – Rio Claro/SP



SICOOB UNIMAIS METROPOLITANA

Rua Dr. Carvalho de Mendonça, 187 – Encruzilhada
CEP 11070-100 – Santos/SP



Fortalecimento

Ser acessível ao fortalecimento do cooperativismo permite observar sua evolução diária, que exige ações com foco na união, no compromisso de contribuir positivamente com sugestões de melhoria e participar dos sete princípios universais que fundamentam o cooperativismo.

A cada ano, os dados mostram que o cooperativismo está gradualmente mais forte e reconhecido pela sociedade.

Avançamos estruturados em bases sólidas, buscando sempre um sistema mais forte e unificado.



6 MILHÕES
de cooperados



Presente em
2.070
MUNICÍPIOS



352 + 16
Cooperativas Singulares Cooperativas Centrais

3.836
Pontos de Atendimento



Agências em 27
unidades da federação

Única Instituição financeira em
336
MUNICÍPIOS



SISTEMA



Instituição financeira cooperativa, o Sicoob tem mais de 6 milhões de cooperados e está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Oferecendo serviços de conta corrente, crédito, investimento, cartões, previdência, consórcio, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, marketplace, dentre outras soluções financeiras, o Sicoob é a única instituição financeira* presente em 336 municípios.

É formado por 352 cooperativas singulares, 16 cooperativas centrais e pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), composto por uma confederação e um banco cooperativo, além de processadora e bandeira de cartões, administradora de consórcios, entidade de previdência complementar, seguradora e um instituto voltado para o investimento social.

Ocupa a segunda colocação entre as instituições financeiras com maior quantidade de agências no Brasil, segundo ranking do Banco Central, com 3.836 pontos de atendimento, 27 unidades de agências da federação e presente em 2070 municípios brasileiros.

*Foram considerados: Cooperativas Sede, Posto de Atendimento Cooperativo – PAC, Agências Bancárias Sede, Posto de Atendimento Bancário – PAB, Posto Bancário de Arrecadação e Pagamento – PAP.

2021

EM NÚMEROS

Acompanhe, a seguir, as ações realizadas e os números conquistados ao longo de 2021, que entregam o crescimento da nossa instituição e do valor compartilhado com você.

Concluímos mais um período de trabalho pautado em planejamento e estratégias que fortaleceram o nosso Sistema e colocaram as nossas cooperativas de crédito em evidência.

Em um ano marcado por desafios e ajuda mútua, os resultados alcançados demonstram a grande força de nossas Singulares, superando as adversidades decorrentes de mais um ano de pandemia, finalizando o ano com números muito próximos dos planejados no início do ano.

Tudo isso nos permitiu o crescimento e nos colocou

como agentes essenciais no processo de inclusão financeira, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e da comunidade, por meio da cooperação.

O Sistema Sicoob tem orgulho dos desafios vencidos e do crescimento que registrou em 2021 – do número de cooperados, pontos de atendimento e soluções sustentáveis e personalizadas. Em 2022, iniciamos um novo ciclo que será pautado por inovação e coragem para trabalhar ainda mais, e oferecer soluções financeiras cada vez melhores aos nossos cooperados.



GRANDES NÚMEROS



46.1 MIL

Dirigentes e empregados

1.082

Correspondentes



+347

Novas agências



6.587

Caixas eletrônicos próprios

CRÉDITO PF



Saldo da Carteira

R\$ 57,6 bilhões

CRÉDITO PJ



Saldo da Carteira

R\$ 55,8 bilhões

CRÉDITO RURAL



Saldo da Carteira

R\$ 27,8 bilhões

CARTÃO DE CRÉDITO



Base (Qtd.)

2,7
milhões

FATURAMENTO

R\$ 72 bilhões

CONSÓRCIOS



Cotas ativas (Qtd.)

335
mil

RECURSO ADMINISTRATIVO

R\$ 22 bilhões

PREVIDÊNCIA



Participantes (Qtd.)

198,5
mil

FUNDOS E CARTEIRAS



Recursos Administrados

R\$ 47,5
bilhões

ADQUIRÊNCIA



Credenciamentos
Ativos Sicoob

193.754
mil

FATURAMENTO

R\$ 36,9 bilhões

SEGUROS DE VIDA*



Seguros vigentes

620,6
mil

SEUROS GERAIS*
Seguros vigentes

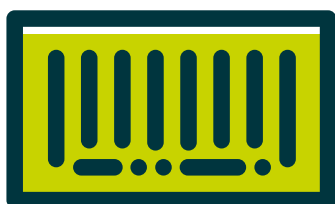
665,7 mil

*Singulares



GRANDES NÚMEROS

COBRANÇA BANCÁRIA



Documentos
liquidados (Qtd.)

220,2
milhões

VALOR LIQUIDADO
R\$ 196,6 bilhões

COMPE



Documentos
processados (Qtd.)

523,3
milhões

VALOR TRANSACIONADO
R\$ 800,8 bilhões

CONVÊNIOS



Documentos (Qtd.)

176,5
milhões

VALOR TRANSACIONADO
R\$ 100,1 bilhões

RDC



Saldo

R\$ 72,3
bilhões

LCA



Saldo

R\$ 8,7
bilhões

LCI



Saldo

R\$ 3,2
bilhões

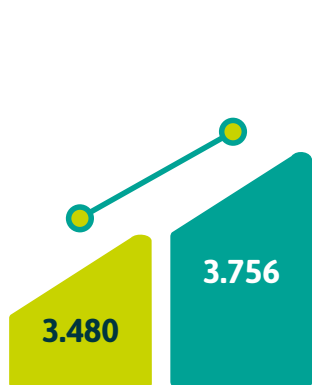


ALTA PERFORMANCE

EM UNIDADES

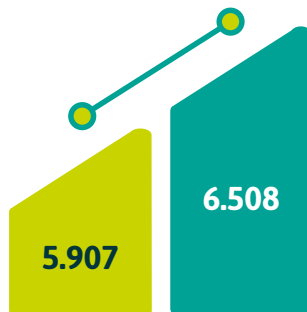
DEZ/20

DEZ/21



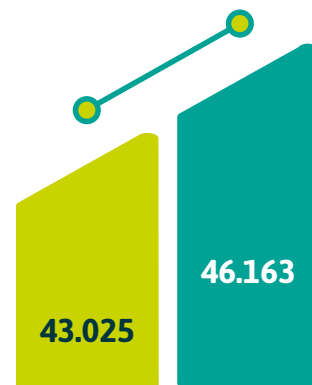
**Pontos /
Rede de Atendimento**
(Postos de Atend. Coop. + Sede)

↑ + 8%
Variação de 276



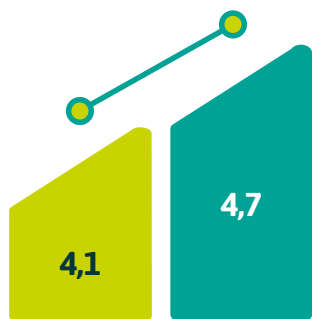
ATMs
(Rede própria)

↑ + 10%
Variação de 601



Colaboradores
(em mil)
(dirigentes e funcionários)

↑ + 7,3%
Variação de 3.138 mil
*Migração e incorporação
de singulares



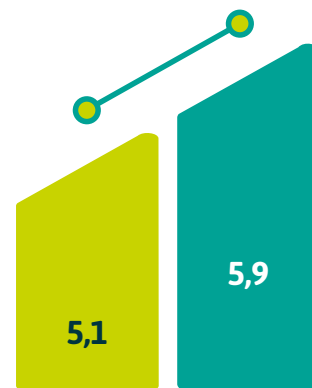
Cooperados PF
(em milhões)

↑ + 15,3%
Variação de 630 mil



Cooperados PJ
(em milhões)

↑ + 18,0%
Variação de 178 mil



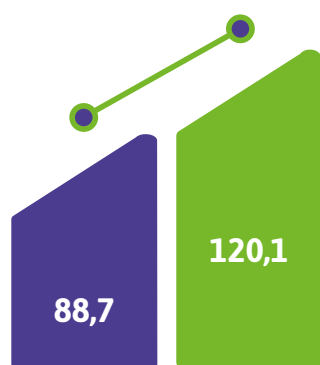
Cooperados Total
(em milhões)

↑ + 15,9%
Variação de 808 mil



ALTA PERFORMANCE

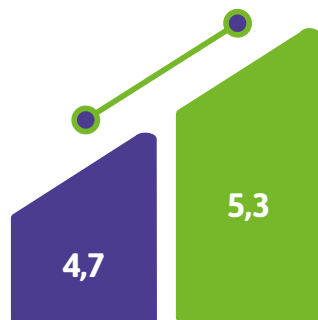
EM BILHÕES



**Operações de Crédito
(bruta)**

↑ + 35,5%

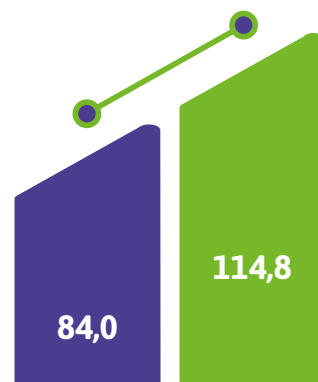
Variação anual de 31,5 bilhões



Provisão

↑ + 13,3%

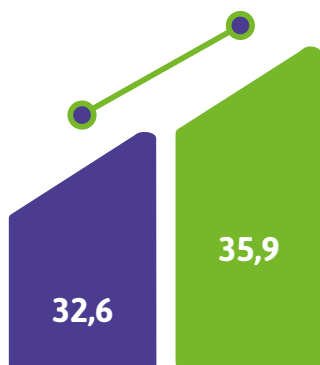
Variação anual de 621,2 mil



**Operações de Crédito
(líquida)**

↑ + 36,7%

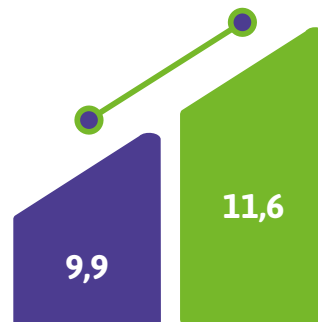
Variação anual de 30,9 bilhões



Depósitos à Vista

↑ + 10,2%

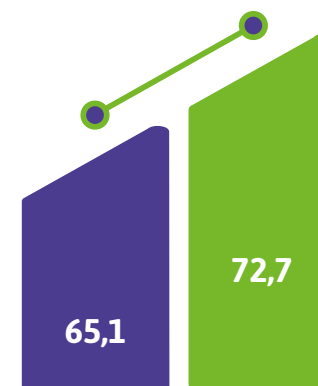
Variação anual de 3,3 bilhões



Depósitos de Poupança

↑ + 17,0%

Variação anual de 1,7 bilhões

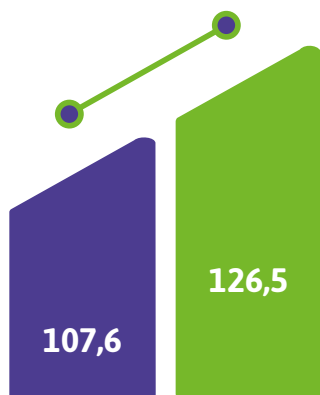


Depósitos a Prazo

↑ + 11,6%

Variação anual de 7,6 bilhões

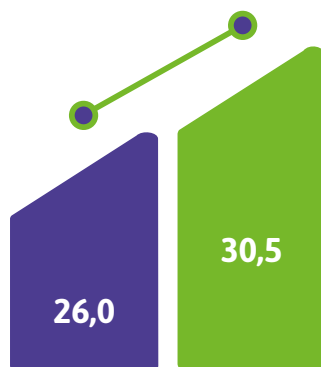
DEZ/20 DEZ/21



Depósitos Totais

↑ + 17,6%

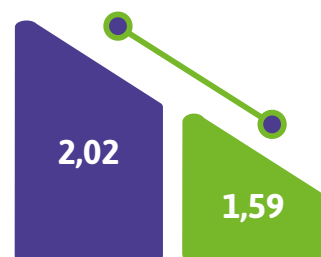
Variação anual de 18,9 bilhões



Patrimônio Líquido

↑ + 17,1%

Variação anual de 4,4 bilhões



Rec. Prestação de Serviços

↑ - 21,5%

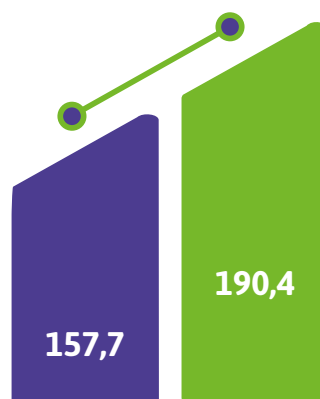
Variação anual de -440 mil



Resultados e Sobras (antes de JCP)

↑ + 43,5%

Variação anual de 1,6 bilhão



Ativos Totais

↑ + 20,7%

Variação anual de 32,7 bilhões



PRÊMIOS E RECONHECIMENTO

8^o LUGAR

- 2020 -

Valor 1000

**VALOR 1000
FINANÇAS
OS 100 MAIORES BANCOS**

Valor ECONÔMICO

1^o LUGAR

- 2021 -

Premiação
ESTADÃO de
finanças
mais
2021

**FINANCIAMENTOS
BANCO SICOOB
FINANÇAS MAIS ESTADÃO**


ESTADÃO

5^o LUGAR

- 2021 -

36

**ANUÁRIO
NEGÓCIOS
CATEGORIA**

NEGO

CIMENTOS EM 2020/2021

0

LUGAR

21 -



O ÉPOCA
OS 360°
A BANCOS

ÓCIOS

13^o

LUGAR

- 2021 -

exame.
Melhores
& Maiores
2021

EXAME MELHORES
E MAIORES
CATEGORIA BANCOS

exame.

CASE
SISBR

20 ANOS

- 2021 -



RELATÓRIO
BANCÁRIO DE
TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL 2021
CATEGORIA
INCLUSÃO FINANCEIRA

CANTARINO
BRASILEIRO



Desempenho Financeiro

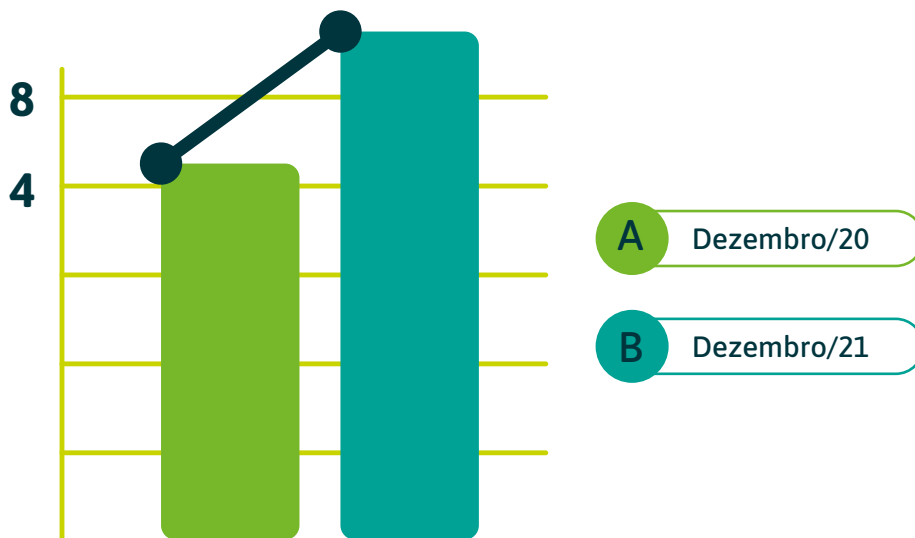
Apresentamos a seguir o desempenho financeiro referente ao ano de 2021.

- ✓ SINGULARES
- ✓ ATIVO TOTAL
- ✓ CAPITAL SOCIAL
- ✓ DEPÓSITOS
- ✓ DEPÓSITOS À VISTA
- ✓ DEPÓSITOS A PRAZO
- ✓ OPERAÇÕES DE CRÉDITO
- ✓ PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO
- ✓ RESULTADO ACUMULADO
- ✓ NÚMERO DE COOPERADOS
- ✓ REDE DE ATENDIMENTO
- ✓ PARECER DO CONSELHO FISCAL

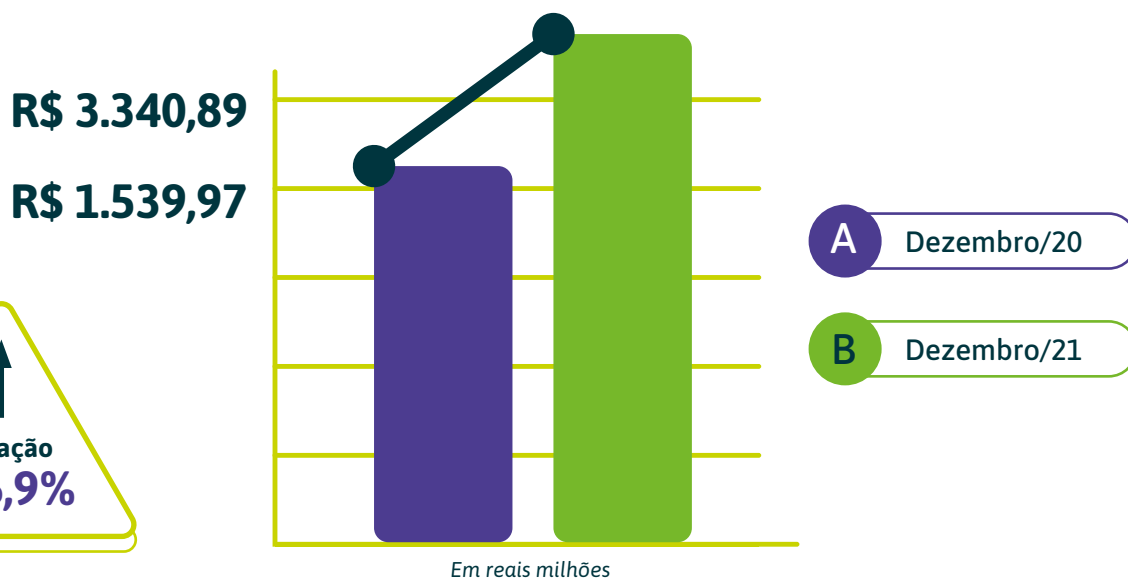
Soma das Singulares (sem a Central)



SINGULARES

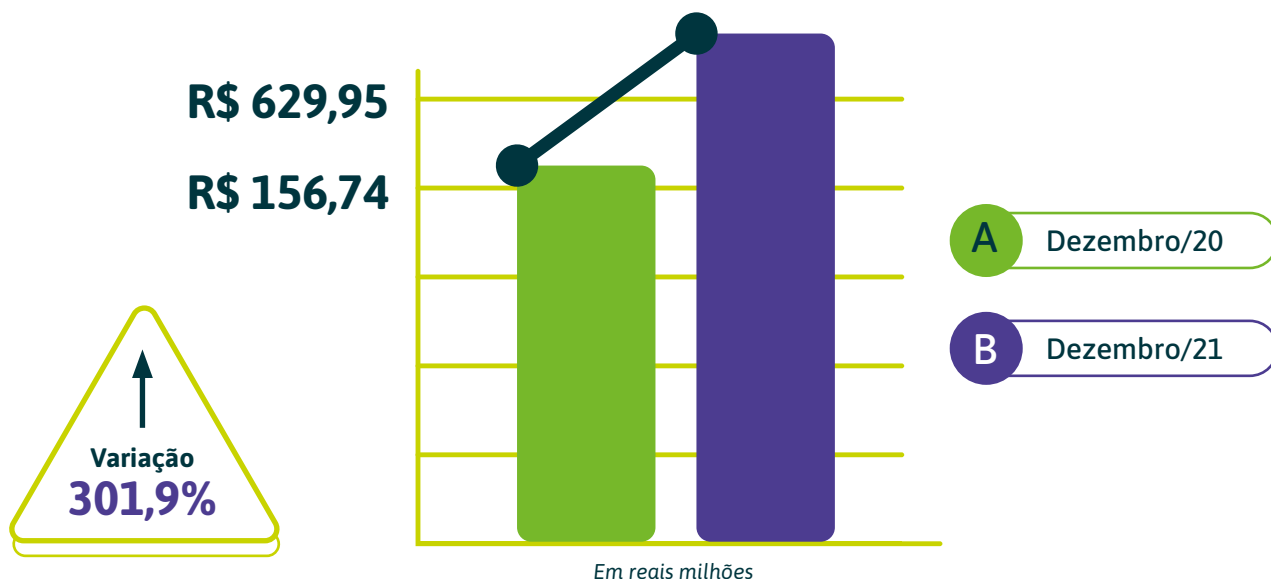


ATIVO TOTAL

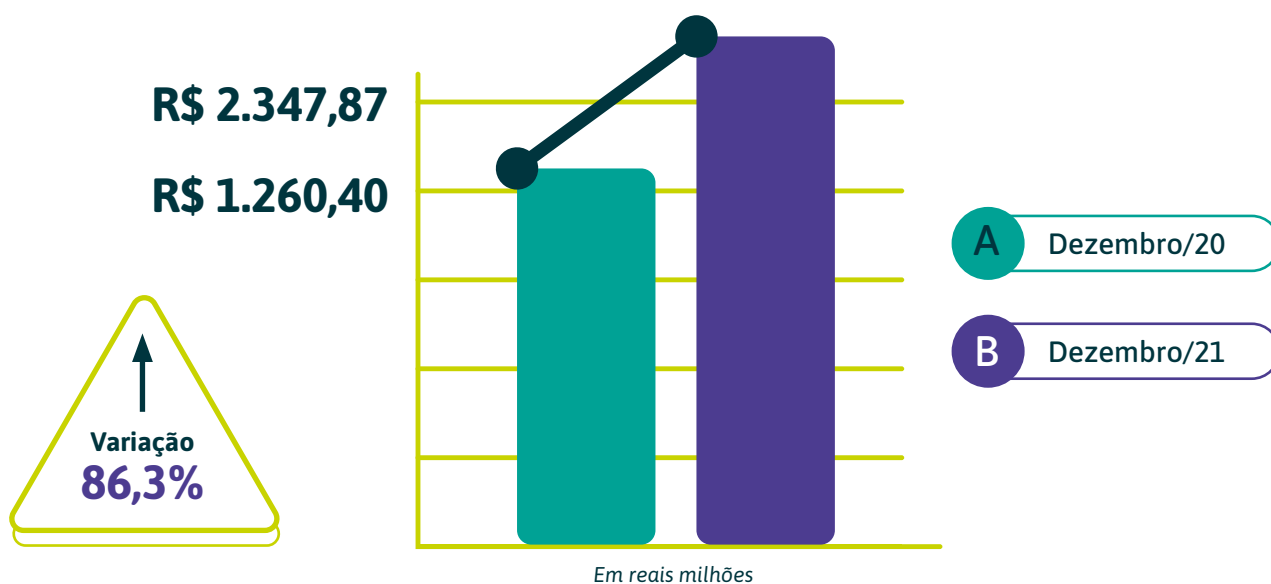




CAPITAL SOCIAL

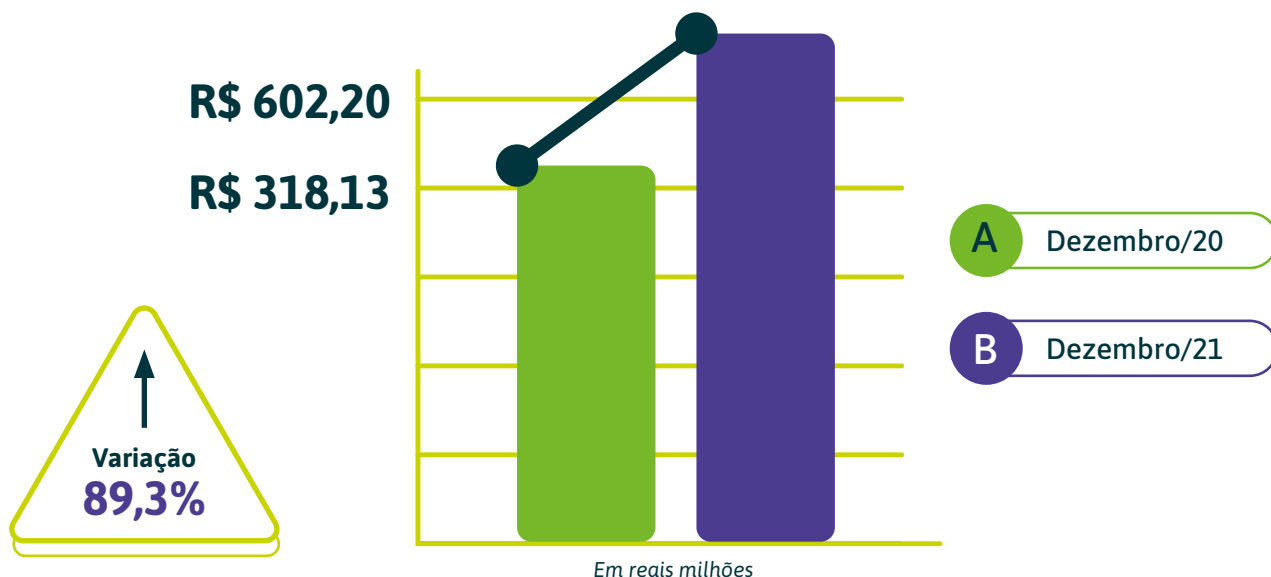


DEPÓSITOS

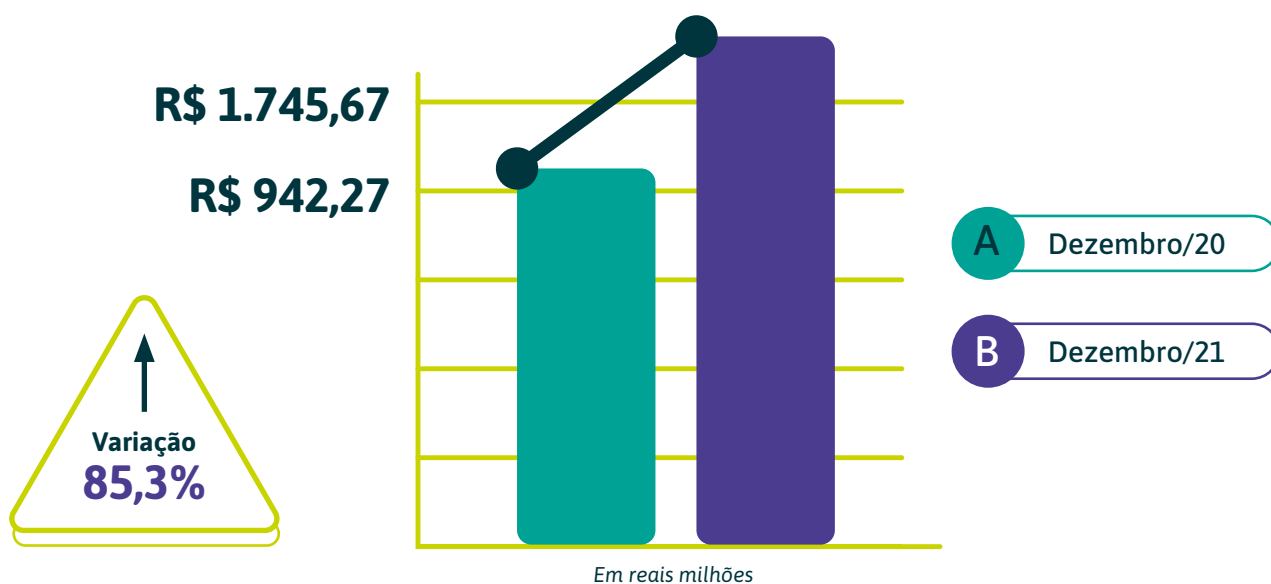




DEPÓSITOS À VISTA

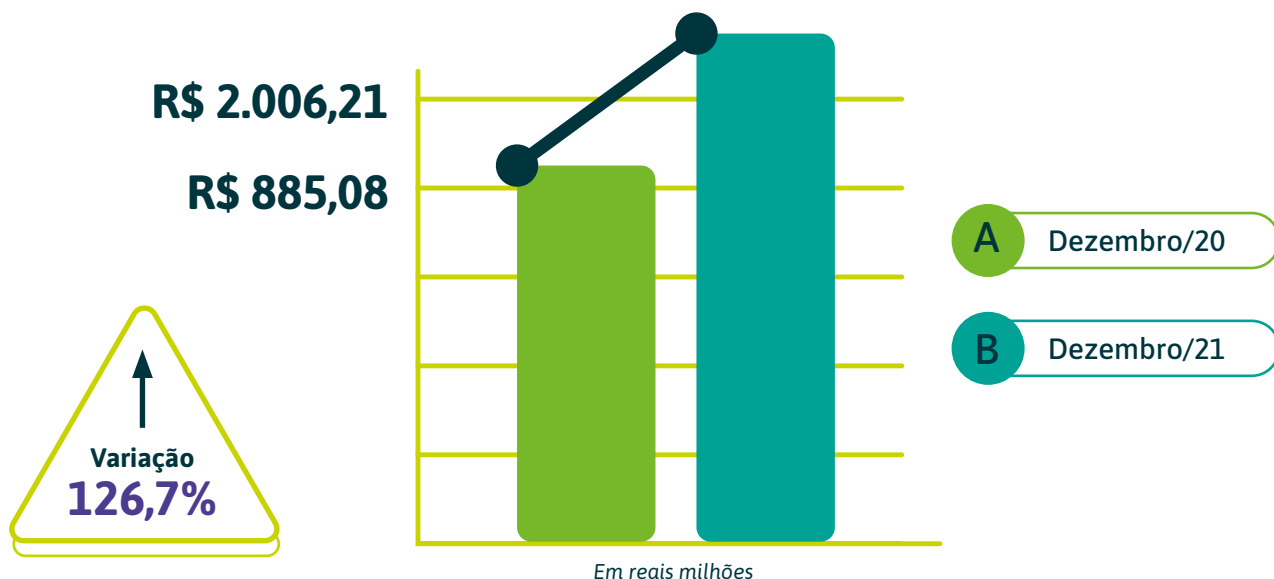


DEPÓSITOS A PRAZO

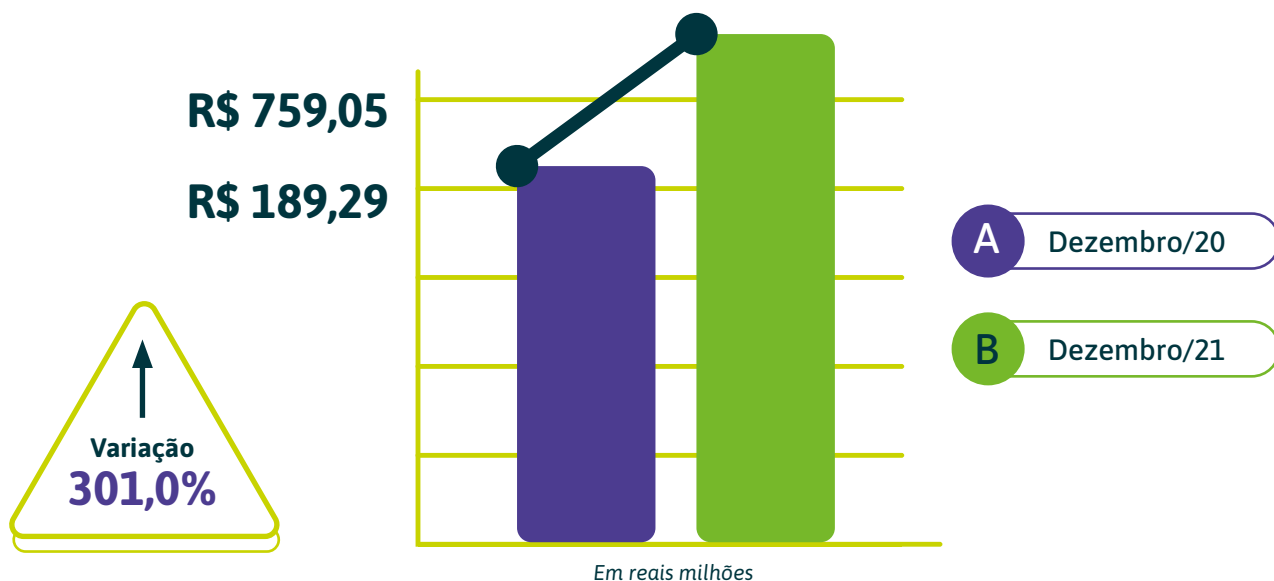




OPERAÇÕES DE CRÉDITO

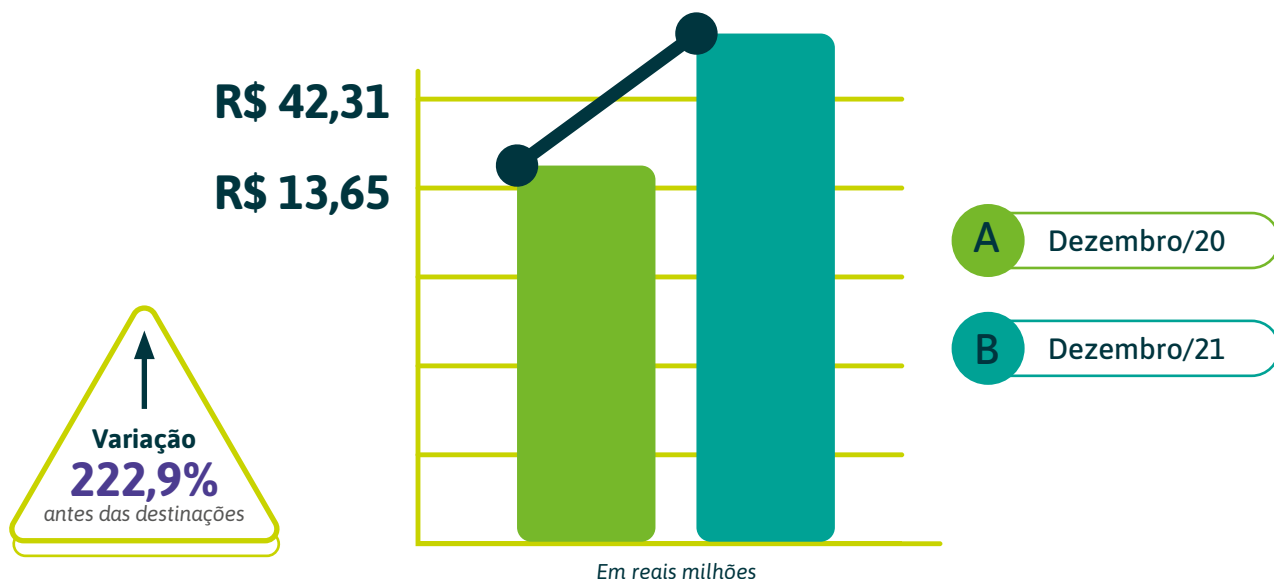


PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

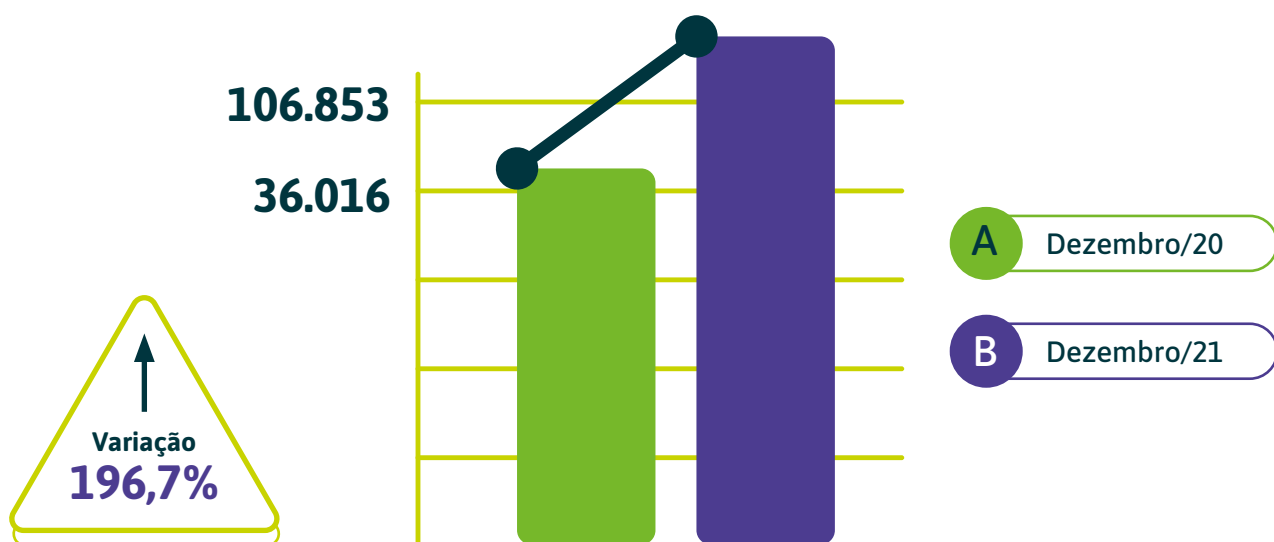


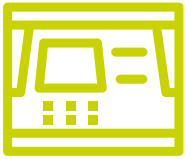


RESULTADO ACUMULADO

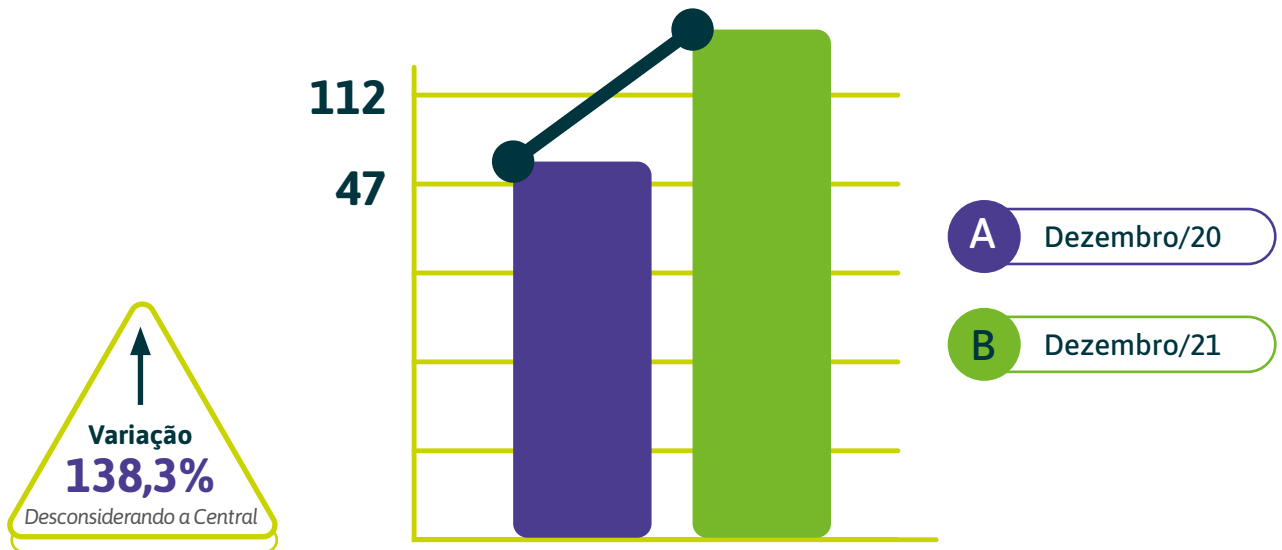


NÚMERO DE COOPERADOS





REDE DE ATENDIMENTO





PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Aos Diretores e Associados da
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB
UNIMAIS – CNPJ N° 73.085.573/0001-39 – NIRE N° 354.000.239-37.**

- 1.** Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com as notas explicativas, o parecer dos auditores independentes e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Cooperativa durante o semestre findo.
- 2.** Nossa missão é expressar nossa opinião aos cooperados e ao público em geral sobre todas as operações realizadas pela Cooperativa registradas nas demonstrações contábeis citadas em conformidade com o artigo 56 da Lei 5.764/71.
- 3.** Na opinião deste Conselho, as demonstrações contábeis acima referidas lidas em conjunto com as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa, em 31 de dezembro de 2021 e as deliberações do Conselho de Administração e Diretoria Executiva foram tomadas no estrito interesse dos Associados.
- 4.** As demonstrações contábeis analisadas foram auditadas pela empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa.

Dr. José Luiz Castro de Mello Cesar
Coordenador do Conselheiro Fiscal

Dr. Luiz Eduardo Volpato
Conselheiro Fiscal Efetivo

Dr. Paulo Alberto Tavares
Conselheiro Fiscal Efetivo





Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2021.

- ✓ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
- ✓ BALANÇOS PATRIMONIAIS
- ✓ DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
- ✓ DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
- ✓ DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- ✓ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- ✓ RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2021 da COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB UNIMAIS, na forma da legislação em vigor.

1 ► POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2021, a CENTRAL SICOOB UNIMAIS, completou 28 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para o seu público-alvo: os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá, principalmente, por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2 ► AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2021, a CENTRAL SICOOB UNIMAIS, obteve um resultado de R\$ 177.295,97, líquido de juros ao capital, antes das destinações.

3 ► ATIVOS

Os recursos em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários, somaram R\$ 1.076.237.666,62. Por sua vez, a carteira de créditos estava com saldo de R\$ 27.860.000,00, líquida de provisão.

4 ► PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Em 31/12/2021, o patrimônio de referência da CENTRAL SICOOB UNIMAIS é de R\$ 37.245.338,85. O quadro de cooperados é composto por 8 filiadas, apresentando aumento de 100% em comparação com 2020.

5 ► POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas preestabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A CENTRAL SICOOB UNIMAIS adota a política de classificação de crédito de sua carteira, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A".

6 ► GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da central tem

na assembleia geral, que é a reunião de todas as filiadas, o poder maior de decisão.

A gestão da Central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da Central no seu dia a dia.

Os balanços da Central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral, a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7 ► CONSELHO FISCAL

Eleito a cada dois anos, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar a (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8 ► CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe da CENTRAL SICOOB UNIMAIS aderiram, em 15/03/2021, por meio de compromisso firmado, ao pacto ético proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários ao ingressar na Central, assumem o mesmo compromisso e sempre que atualizado assinam novamente.

No Exercício de 2021, a ouvidoria da Central Sicoob UniMais, não registrou nenhuma manifestação de cooperativas filiadas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Agradecemos a nossas filiadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo/SP, 22 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria



BALANÇO PATRIMONIAL

EM REAIS

	Notas	31/12/21	31/12/20
ATIVO		1.135.805.819,32	581.771.984,35
DISPONIBILIDADES	4	4.158,00	4.158,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.105.599.439,12	557.497.539,88
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	584.875.275,19	309.307.502,37
Títulos e Valores Mobiliários	6	491.362.391,43	240.885.292,09
Operações de Crédito	7	28.000.000,00	6.000.000,00
Outros Ativos Financeiros	8	1.361.772,50	1.304.745,42
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7	(140.000,00)	(60.000,00)
(-) Operações de Crédito		(140.000,00)	(60.000,00)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	28.506,09	165.425,38
OUTROS ATIVOS	10	734.560,13	201.034,41
INVESTIMENTOS	11	28.206.119,72	22.054.921,85
IMOBILIZADO DE USO	12	3.395.176,50	3.353.044,50
INTANGÍVEL	13	122.344,46	122.344,46
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(2.144.484,70)	(1.566.484,13)
TOTAL DO ATIVO		1.135.805.819,32	581.771.984,35

EM 31/12/2021 E 31/12/2020.

	Notas	31/12/21	31/12/20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.135.805.819,32	581.771.984,35
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.078.014.369,17	543.275.173,59
Relações Interfinanceiras	14	1.077.979.371,81	543.274.276,83
Centralização Financeira - Cooperativas		1.077.979.371,81	543.274.276,83
Outros Passivos Financeiros	15	34.997,36	896,76
PROVISÕES	17	336.674,99	261.377,82
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	18	150.043,07	271.821,53
OUTROS PASSIVOS	19	1.031.778,35	1.009.069,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.272.953,74	36.954.541,91
CAPITAL SOCIAL	20	55.622.990,46	35.986.671,99
RESERVAS DE SOBRAS		671.506,30	664.055,42
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(303.926,73)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20 (d)	282.383,71	303.814,50
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.135.805.819,32	581.771.984,35

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

EM REAIS

EM 31/12/2021 E 31/12/2020.

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		34.613.536,31	45.720.691,90	14.005.131,81
Operações de Crédito	23	772.223,39	881.718,31	195.115,80
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5 (a)	15.772.547,22	22.682.625,48	8.167.832,55
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6 (b)	18.068.765,70	22.156.348,11	5.642.183,46
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(33.758.929,15)	(44.693.128,51)	(14.335.883,13)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(33.713.929,15)	(44.613.128,51)	(14.276.015,41)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(45.000,00)	(80.000,00)	(59.867,72)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		854.607,16	1.027.563,39	(330.751,32)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		345.812,48	1.360.743,72	(1.393.935,15)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	126.330,40	170.887,01	123.752,98
Rendas de Tarifas	26	12.000,00	24.000,00	16.000,00
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(2.330.956,72)	(4.092.974,05)	(3.327.530,19)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(1.602.341,47)	(3.008.716,43)	(2.982.176,92)
Dispêndios e Despesas Tributárias	29	(59.531,35)	(92.351,26)	(83.553,20)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		1.225.624,00	2.056.436,27	195.930,61
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	3.179.891,40	6.522.574,93	4.933.422,88
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(205.203,78)	(219.112,75)	(269.781,31)
PROVISÕES	32	(75.297,17)	(75.297,17)	-
Provisões/Reversões para Contingências		(74.687,17)	(74.687,17)	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(610,00)	(610,00)	-
RESULTADO OPERACIONAL		1.125.122,47	2.313.009,94	(1.724.686,47)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33	-	-	407.537,71
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-	407.537,71
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.125.122,47	2.313.009,94	(1.317.148,76)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.913,76	604,50	(167.517,68)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		3.979,20	375,05	(94.604,86)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		3.934,56	229,45	(72.912,82)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.133.036,23	2.313.614,44	(1.484.666,44)
JUROS AO CAPITAL		(2.136.318,47)	(2.136.318,47)	(687.448,72)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(1.003.282,24)	177.295,97	(2.172.115,16)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM REAIS

EM 31/12/2021 E 31/12/2020.

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.133.036,23	2.313.614,44	(1.484.666,44)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		245.813,84	(303.926,73)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		245.813,84	(303.926,73)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		1.378.850,07	2.009.687,71	(1.484.666,44)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTA

EM REAIS

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		23.029.062,87	2.722.773,49	664.055,42	-	111.875,38	26.527.767,16
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(111.875,38)	(111.875,38)
Outros Eventos/Reservas		-	(2.722.773,49)	-	-	2.791.867,25	69.093,76
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		12.270.160,40	-	-	-	-	12.270.160,40
Reversões de Reservas		-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	(1.484.666,44)	(1.484.666,44)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(687.448,72)	(687.448,72)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		687.448,72	-	-	-	-	687.448,72
Destinações das Sobras do Período:							
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(315.937,59)	(315.937,59)
Saldos em 31/12/2020		35.986.671,99	-	664.055,42	-	303.814,50	36.954.541,91
Saldos em 31/12/2020		35.986.671,99	-	664.055,42	-	303.814,50	36.954.541,91
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:							
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	-	(303.814,50)	(303.814,50)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		17.500.000,00	-	-	-	-	17.500.000,00
Reversões de Fundos		-	-	-	-	219.051,24	219.051,24
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	2.313.614,44	2.313.614,44
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	(303.926,73)	-	(303.926,73)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(2.136.318,47)	(2.136.318,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.136.318,47	-	-	-	-	2.136.318,47
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	7.450,88	-	(7.450,88)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(3.725,44)	(3.725,44)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(102.787,18)	(102.787,18)
Saldos em 31/12/2021		55.622.990,46	-	671.506,30	(303.926,73)	282.383,71	56.272.953,74

ÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31/12/2021 E 31/12/2020.

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2021		51.111.671,99	-	664.055,42	(549.740,57)	1.180.578,21	52.406.565,05
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.375.000,00	-	-	-	-	2.375.000,00
Reversões de Fundos		-	-	-	-	219.051,24	219.051,24
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	1.133.036,23	1.133.036,23
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	-	245.813,84	-	245.813,84
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:							
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	(2.136.318,47)	(2.136.318,47)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.136.318,47	-	-	-	-	2.136.318,47
Destinações das Sobras do Período:							
Fundo de Reserva		-	-	7.450,88	-	(7.450,88)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	(3.725,44)	(3.725,44)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	(102.787,18)	(102.787,18)
Saldos em 31/12/2021		55.622.990,46	-	671.506,30	(303.926,73)	282.383,71	56.272.953,74

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS

EM REAIS

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.125.122,47	2.313.009,94	(1.317.148,76)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(416.105,78)	(491.013,10)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.225.624,00)	(2.056.436,27)	(195.930,61)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		45.000,00	80.000,00	59.867,72
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		610,00	610,00	-
Provisões/Reversões para Contingências		74.687,17	74.687,17	-
Atualização de Depósitos em Garantia		(40.567,57)	(57.027,08)	(23.663,26)
Depreciações e Amortizações		287.623,44	583.253,57	646.943,52
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		266.851,51	521.991,55	(1.320.944,49)
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(133.816.854,61)	(396.806.840,74)	(35.737.732,93)
Títulos e Valores Mobiliários		989.881,13	(219.525.244,80)	76.304.602,36
Operações de Crédito		(19.000.000,00)	(22.000.000,00)	8.026.456,80
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(21.156,61)	136.919,29	(165.199,75)
Outros Ativos		(18.691,80)	(533.525,72)	205.021,54
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Relações Interfinanceiras		153.238.119,98	534.705.094,98	72.507.108,01
Outros Passivos Financeiros		34.497,36	34.100,60	(19.587,45)
Provisões		-	-	252.177,82
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		36.562,30	(121.778,46)	172.248,50
Outros Passivos		(2.235.094,26)	(2.113.609,62)	(1.033.988,43)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	(111.875,38)
FATES - Atos Cooperativos		(3.725,44)	(3.725,44)	-
FATES - Atos Não Cooperativos		(102.787,18)	(102.787,18)	(315.937,59)
Imposto de Renda		3.979,20	375,05	(94.604,86)
Contribuição Social		3.934,56	229,45	(72.912,82)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(624.483,86)	(105.808.801,04)	118.594.831,33

OS DE CAIXA

EM 31/12/2021 E 31/12/2020.

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos		-	416.105,78	491.013,10
Aquisição de Intangível		-	-	(2.285,12)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(47.385,00)	(47.385,00)	(9.571,25)
Aquisição de Investimentos		(3.982.580,35)	(4.398.688,33)	(10.861.623,02)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(4.029.965,35)	(4.029.967,55)	(10.382.466,29)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.375.000,00	17.500.000,00	12.270.160,40
Distribuição de sobras para associados		-	(303.814,50)	-
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		2.136.318,47	2.136.318,47	687.448,72
Reversões de Reservas		-	-	69.093,76
Reversões de Fundos		219.051,24	219.051,24	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		4.730.369,71	19.551.555,21	13.026.702,88
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		75.920,50	(90.287.213,38)	121.239.067,92
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		30.880.092,04	121.243.225,92	4.158,00
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		30.956.012,54	30.956.012,54	121.243.225,92
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		75.920,50	(90.287.213,38)	121.239.067,92

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa CCECM SICOOB UNIMAIS é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, o SICOOB UNIMAIS coordena as ações do Sicoob Sistema, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O SICOOB UNIMAIS integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares. O SICOOB UNIMAIS tem como atividade

preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas,

a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos

financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.



Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; CPC 47 – Receita de

Contrato com Cliente. Essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS E EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 “NOVO CORONAVÍRUS”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS junto a seus associados, empregados e a comunidade, estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para

cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição. Conforme conceito para efeito de comparabilidade com período anterior, foi realizado reapresentação da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício de 2020, conforme aplicação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.007, de agosto de 2011).

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.



e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo

passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

n) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido

para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos



inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características

da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles oriundos de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

x) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/21	31/12/20
Caixa e depósitos bancários	4.158,00	4.158,00
Letras Financeiras do Tesouro	-	71.914.654,90
Títulos de Renda Fixa	30.951.854,54	49.324.413,02
TOTAL	30.956.012,54	121.243.225,92

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/21		31/12/20	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	71.914.654,90	-
Ligadas (a)	584.875.275,19	65.566.365,06	192.686.853,59	44.705.993,88
TOTAL	584.875.275,19	65.566.365,06	264.601.508,49	44.705.993,88

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCO SICOOB com remuneração entre 101% e 102% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.772.547,22	22.682.625,48	8.167.832,55

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/21	31/12/20
	Circulante	Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	185.487.168,68	107.456.727,33
Cotas de Fundos de Investimento (b)	305.875.222,75	133.428.564,76
TOTAL	491.362.391,43	240.885.292,09

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Títulos de renda fixa em títulos públicos federais com rentabilidade entre 100% CDI e 119% CDI, no SICOOB UNIMAIS.

(b) Cotas de fundos de investimento referem-se ao fundo Sicoob Institucional com rentabilidade no ano de 140%CDI, e Fundo Sicoob Liquidez MASTER com rentabilidade de 95%CDI.

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.978.153,09	7.401.946,76	5.703.994,58
Rendas de Títulos de Renda Variável	-	-	7.956.842,74
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	12.090.612,63	14.820.165,03	1.141.777,60
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-0,02	-65.763,68	-9.160.431,46
TOTAL	18.068.765,70	22.156.348,11	5.642.183,46



7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/21		31/12/20	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	28.000.000,00	28.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
Total de Operações de Crédito	28.000.000,00	28.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
(-) Provisões para Operações de Crédito	-140.000,00	-140.000,00	-60.000,00	-60.000,00
TOTAL	27.860.000,00	27.860.000,00	5.940.000,00	5.940.000,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/21	Provisões 31/12/21	Total em 31/12/20	Provisões 31/12/20
A	0,50%	Normal	28.000.000,00	28.000.000,00	-140.000,00	-	-
B	1%	Normal	-	-	-	6.000.000,00	-60.000,00
Total Normal			28.000.000,00	28.000.000,00	-140.000,00	6.000.000,00	-60.000,00
Total Geral			28.000.000,00	28.000.000,00	-140.000,00	6.000.000,00	-60.000,00
Provisões			-140.000,00	-140.000,00		-60.000,00	
Total Líquido			27.860.000,00	27.860.000,00		5.940.000,00	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	De 91 a 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	28.000.000,00	28.000.000,00
TOTAL	28.000.000,00	28.000.000,00

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/21	% da Carteira
Outros	28.000.000,00	28.000.000,00	100%
TOTAL	28.000.000,00	28.000.000,00	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/21	31/12/20
Saldo inicial	-60.000,00	-132,28
Constituições/Reversões no período	155.000,00	60.132,28
Transferência para prejuízo no período	-235.000,00	-120.000,00
Saldo Final	-140.000,00	-60.000,00

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/21	% Carteira Total	31/12/20	% Carteira Total
Maior Devedor	28.000.000,00	100%	6.000.000,00	100%

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/21		31/12/20	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	1.361.772,50	-	1.304.745,42
TOTAL	-	1.361.772,50	-	1.304.745,42

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais de processos tributários de PIS e CSLL.

9. ATIVOS FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/21	31/12/20
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	28.506,09	165.398,23
Imposto de Renda a Recuperar	-	27,15
TOTAL	28.506,09	165.425,38

10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/21	31/12/20
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	16.472,58	18.871,58
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	5.800,00	6.751,07
Devedores Diversos – País (a)	588.845,22	54.935,02
Despesas Antecipadas (b)	123.442,33	120.476,74
TOTAL	734.560,13	201.034,41



(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 1.959,17) e Cooperativas filiadas (R\$ 586.886,05);

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos Prêmios de Seguros (R\$ 18.379,61), Aluguéis (R\$ 89.550,00), Processamento de Dados (R\$ 15.512,72).

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/21	31/12/20
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	24.648.407,55	18.497.209,68
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	3.210.510,72	3.210.510,72
Outras Participações	347.201,45	347.201,45
TOTAL	28.206.119,72	22.054.921,85

(a) O saldo é representado por ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB. Abaixo apresentamos a movimentação:

Descrição	31/12/21	31/12/20
Capital inicial	18.497.209,68	7.439.656,05
Integralização	4.398.688,33	10.861.623,02
Ajuste Reconhecimento Participação no TVM (*)	-303.926,73	-
Ajuste de Equivalência Patrimonial	2.056.436,27	195.930,61
TOTAL	24.648.407,55	18.497.209,68

(*) Conforme publicação da CCI 413/2021, o Sicoob Confederação pleiteou perante o Banco Central do Brasil a liberação de uso da conta contábil para as cooperativas de crédito, permitindo o correto registro dos valores de Ajuste a Valor de Mercado – TVM, que compõe o patrimônio líquido do Banco Sicoob, que antes de data-base 04/2021, não possuía o atribuído “R” para a contabilização das cooperativas.

12. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme ao lado:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/21	31/12/20
Móveis e equipamentos de Uso	10%	821.978,34	812.923,34
Sistema de Processamento de Dados	20%	312.953,10	312.953,10
Sistema de Segurança	10%	60.036,55	26.959,55
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.200.208,51	2.200.208,51
Total de Imobilizado de Uso		3.395.176,50	3.353.044,50
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-672.722,12	-546.573,39
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		-1.355.329,68	-915.021,53
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		-2.028.051,80	-1.461.594,92
TOTAL		1.367.124,70	1.891.449,58

13. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	Taxa Amortização	31/12/21	31/12/20
Sistemas De Processamento De Dados	20%	121.735,46	121.735,46
Marcas		609	609
Total de Intangível		122.344,46	122.344,46
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		-116.432,90	-104.889,21
Total de Amortização de ativos Intangíveis		-116.432,90	-104.889,21
TOTAL		5.911,56	17.455,25

14. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA – COOPERATIVAS

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2021 equivale a 109,23% CDI.

Descrição	31/12/21	31/12/20
Sicoob Centro Leste Paulista	120.841.930,09	87.830.240,60
Sicoob Metropolitana	243.395.557,20	283.689.578,73
Sicoob Mantiqueira	219.798.934,07	152.376.905,81
Sicoob Circuito das Águas	20.650.285,94	19.377.551,69
Sicoob Santa	7,29	-
Sicoob Crediacil	86.294.739,34	-
Sicoob Cooperemb	127.914.096,76	-
Sicoob Paulista	201.264.987,74	-
Sicoob Cecres	57.818.833,38	-
TOTAL	1.077.979.371,81	543.274.276,83



15. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/21	31/12/20
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	34.997,36	896,76
TOTAL	34.997,36	896,76

(a) Em Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos temos registrados os valores a pagar aos fornecedores.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB UNIMAIS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/21		31/12/20
	Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	610	-	-
Provisão Para Contingências (b)	-	336.064,99	261.377,82
TOTAL	610	336.064,99	261.377,82

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/21	31/12/20
Coobrigações Prestadas	1.425.809,64	1.364.809,64
TOTAL	1.425.809,64	1.364.809,64

(b) Provisão para Contingências – Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/21		31/12/20	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	11.377,82		11.377,82	-
Outros (a)	290.000,00		250.000,00	-
Fiscais	34.687,17	1.361.772,50	-	1.304.745,42
TOTAL	336.064,99	1.361.772,50	261.377,82	1.304.745,42

(a) O Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições legais, instaurou o Processo Sancionador – PE nº 176691 para apurar eventuais irregularidades, ocorridas na Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais, antiga Unicred Central SP, sujeitando os demandados às sanções previstas no artigo 44 da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e no artigo 5º da Lei 13.506 de 3.11.2017, além da Sicoob UniMais, figuram como acusados 28 (vinte e oito) pessoas, entre Diretores e Conselheiros.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIMAIS, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 495.931,48, sendo R\$ 398.597,47 de processos fiscais, R\$ 39.444,01 de processos cíveis e o restante de trabalhista de R\$ 40.000,00.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.



18. OBRIGAÇÕES FISCAIS, CORRENTES E DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/21	31/12/20
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	167.517,68
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.365,90	5.042,63
Impostos e Contribuições sobre Salários	140.110,78	96.527,03
Outros	3.566,39	2.734,19
TOTAL	150.043,07	271.821,53

19. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/21	31/12/20
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	491.727,09	604.812,02
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	-	1.052,23
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	531.055,68	387.992,73
Credores Diversos - Pais (c)	8.995,58	15.212,52
TOTAL	1.031.778,35	1.009.069,50

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/21	31/12/20
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com associados (a.1)	262.003,64	258.824,51
Resultado de Atos com não associados (a.1)	229.723,45	345.987,51
TOTAL	491.727,09	604.812,02

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 411.224,48), Aluguéis (R\$ 44.312,21), Seguro (R\$ 11.027,77), Propaganda e Publicidade (R\$ 9.918,39) e outros (R\$ 54.572,83);

(c) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se Pendências a regularizar (R\$ 4.133,00) e outros (R\$ 4.862,58).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.636.318,47.

Descrição	31/12/21	31/12/20
Capital Social	55.622.990,46	35.986.671,99
Associados	8	4

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações de 10% das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de março de 2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

- 100% para Conta Corrente, no valor de R\$ 303.814,50.



d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/21	31/12/20
Sobra líquida do exercício	177.295,97	-2.172.115,16
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-102.787,18	-315.937,59
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	74.508,79	-2.488.052,75
Reserva legal – 10%	-7.450,88	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	-3.725,44	-
Destituição do FEE – Incorporada em Sobras/Perdas	-	2.791.867,25
Reversão do FATES	219.051,24	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	282.383,71	303.814,50

e) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2021, o SICOOB UNIMAIS realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 303.926,73), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

21. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/21	31/12/20
Receita de prestação de serviços	170.112,79	83.504,48
Despesas específicas de atos não cooperativos	-45.193,68	-8.058,18
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-22.736,43	471,26
Resultado operacional	102.182,68	75.917,56
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	407.537,71
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.182,68	483.455,27
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	102.787,18	315.937,59

22. JUROS AO CAPITAL

A Central pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital de suas cooperativas filiadas.

Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia –

SELIC e o juros ao capital próprio foi integralizado ao capital social.

No exercício de 2021, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 2.136.318,47 (R\$ 687.448,72 em 2020), equivalente a 100% da SELIC, conforme deliberado em Ata da Diretoria Executiva, realizada em 20 de dezembro de 2021 e ratificado em reunião do Conselho de Administração, ocorrido em 31 de janeiro de 2022.

23. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	-	1.691,27	-
Rendas de Empréstimos	772.223,39	880.027,04	195.115,80
TOTAL	772.223,39	881.718,31	195.115,80

24. DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	-33.713.929,15	-44.613.128,51	-14.276.015,41
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	95.000,00	155.000,00	132,28
Provisões para Operações de Crédito	-140.000,00	-235.000,00	-60.000,00
TOTAL	-33.758.929,15	-44.693.128,51	-14.335.883,13

25. INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Rendas de Garantias Prestadas	761,52	761,52	10.000,00
Rendas de Outros Serviços	125.568,88	170.125,49	113.752,98
TOTAL	126.330,40	170.887,01	123.752,98

26. RENDAS DE TARIFAS

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	12.000,00	24.000,00	16.000,00
TOTAL	12.000,00	24.000,00	16.000,00



27. DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-29.998,08	-59.209,38	-55.275,48
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-210.831,90	-415.877,34	-409.441,38
Despesas de Pessoal - Benefícios	-528.055,37	-969.126,73	-864.797,92
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	-385.426,93	-710.407,06	-541.714,72
Despesas de Pessoal - Proventos	-1.175.678,44	-1.937.387,54	-1.456.300,69
Despesas de Pessoal - Treinamento	-966	-966	-
TOTAL	-2.330.956,72	-4.092.974,05	-3.327.530,19

28. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Despesas de Água, Energia e Gás	-	-	-6.943,68
Despesas de Aluguéis	-245.975,04	-477.179,72	-571.016,83
Despesas de Comunicações	-79.880,33	-153.807,49	-184.779,45
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-7.633,00	-15.508,00	-22.372,00
Despesas de Material	-1.072,60	-4.542,72	-2.430,39
Despesas de Processamento de Dados	-175.938,99	-342.388,04	-235.663,04
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-25.300,92	-40.298,32	-23.329,63
Despesas de Propaganda e Publicidade	-157.315,49	-230.670,04	-143.147,02
Despesas de Publicações	-5.030,00	-12.610,00	-2.875,00
Despesas de Seguros	-14.491,43	-28.328,93	-24.875,96
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-54.569,97	-97.796,43	-65.970,54
Despesas de Serviços de Terceiros	-312.363,19	-538.885,17	-456.973,60
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-3.900,00	-7.800,00	-13.356,86
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-179.073,66	-374.087,68	-388.186,33
Despesas de Transporte	-	-	-5.262,92
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	-114,10
Despesas de Viagem no País	-11.946,98	-19.696,29	-29.346,99
Despesas de Amortização	-4.635,55	-11.543,69	-27.066,74
Despesas de Depreciação	-282.987,89	-571.709,88	-619.876,78
Outras Despesas Administrativas	-40.226,43	-81.864,03	-158.589,06
TOTAL	-1.602.341,47	-3.008.716,43	-2.982.176,92

29. DISPÊNDIOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Despesas tributárias	-25.728,98	-47.169,83	-72.835,24
Despesa imposto s/ serviço – ISSQN	-27.964,01	-37.271,19	-5.428,45
Despesa de contribuição ao COFINS	-5.022,25	-6.804,51	-4.550,12
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	-816,11	-1.105,73	-739,39
TOTAL	-59.531,35	-92.351,26	(83.553,20)

30. OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Recuperação de Encargos e Despesas	287.621,40	554.562,73	539.023,54
Dividendos	-	416.105,78	491.013,10
Atualização depósitos judiciais	40.567,57	57.027,08	23.663,26
Outras rendas operacionais (a)	2.851.702,43	5.494.879,34	3.879.722,98
TOTAL	3.179.891,40	6.522.574,93	4.933.422,88

(a) Trata-se de rateio da taxa administrativa da Central para as filiadas.

31. OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Outras Despesas Operacionais	-60,89	-13.969,36	-269.781,29
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	-0,5	-0,02
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	-205.142,89	-205.142,89	0
TOTAL	-205.203,78	-219.112,75	-269.781,31

32. DESPESAS COM PROVISÕES

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Provisões/Reversões para Contingências	-74.687,17	-74.687,17	-
Provisões para Contingências	-74.687,17	-74.687,17	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	-610	-610	-
Provisões para Garantias Prestadas	-610	-610	-
TOTAL	-75.297,17	-75.297,17	-

33. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Descrição	2º sem/21	31/12/21	31/12/20
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-	407.537,71
TOTAL	-	-	407.537,71

34. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.



35. PARTES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida por pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade

e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da central, inclusive diretores e executivos dela. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela central ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)
Descrição	2º sem/21	31/12/21	
INSS Diretoria/Conselheiros	-5.999,58	-11.841,84	-11.055,24
Honorários - Diretoria Executiva	-167.501,34	-335.002,68	-343.683,68
Honorários - Conselho de Administração	-43.330,56	-80.874,66	-65.757,70
Honorários - Conselho Fiscal	-29.998,08	-59.209,38	-55.275,48
TOTAL	-246.829,56	-486.928,56	-475.772,10

36. COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO – SICOOB UNIMAIS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCECM SICOOB UNIMAIS – SICOOB UNIMAIS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas. O SICOOB UNIMAIS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como

facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNIMAIS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIMAIS responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNIMAIS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

37. GERENCIAMENTO DE RISCO

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza

das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

37.1 RISCO OPERACIONAL

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.



37.2 RISCO DE CRÉDITO

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a)** fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b)** validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c)** estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

- d)** acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e)** procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f)** identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g)** sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h)** monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i)** informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j)** área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k)** modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l)** aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m)** limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n)** avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 RISCO DE MERCADO E VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que

evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil. São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas. O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-



se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

37.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de a entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;
- fluxo de caixa projetado;
- aplicação de cenários de estresse;
- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 RISCO SOCIOAMBIENTAL

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria

e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a)** setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b)** linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c)** valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica. O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo ou infantil.

37.6 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a)** identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b)** avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c)** definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d)** continuidade planejada das operações



(ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos

de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/21	31/12/20
Patrimônio de referência (PR)	37.245.338,85	22.256.648,56
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	267.311.694,11	136.977.904,20
Índice de Basileia (mínimo 10%)	13,44%	15,65%
Imobilizado para cálculo do limite	1.714.326,15	2.238.651,03
Índice de imobilização (limite 50%)	4,60%	10,05%

São Paulo/SP, 22 de março de 2022.

MARCIO APARECIDO FAVERO LOPES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MARILZA LAVEZO
CONTADORA CRC 049349/O-9 PR





RELATÓRIO DE AUDITORIA **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Ao Conselho de Administração, à Administração
e às Associadas da Cooperativa Central de Economia e Crédito
Mútuo – Sicoob UniMais – São Paulo – SP**

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob UniMais, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniMais em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios

éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de

ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.





RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação

da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos



julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação

a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 22 de fevereiro de 2022.

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1





(11) 3252.5210

www.sicoobunimais.com.br



/sicoobunimais



/sicoob_unimais



/sicoob-unimais



/sicoobunimais